

CONTRATO Nº 003/2024.

Contrato celebrado entre a Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife – CTTU e a empresa Nutricash Serviços Ltda., que tem por objeto a contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de crédito refeição, na forma a seguir:

A AUTARQUIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO DO RECIFE – CTTU, pessoa jurídica de direito público, criada pela Lei Municipal nº 18.291, de 30 de dezembro de 2016, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.846.103/0001-20, sediada na Avenida Cruz Cabugá, nº 304, Santo Amaro, – Recife – PE, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Diretora-Presidente, **TACIANA MARIA FERREIRA**, brasileira, solteira, engenheira, inscrita no CPF/MF sob o nº 520.603.304-91, portadora do RG nº 2.443.398 SSP/PE, e por sua Gerente Geral Administrativa e Financeira, **ARISTÉIA JOSÉ DO NASCIMENTO VIÉGAS E SANTANA**, brasileira, casada, assistente social, inscrita no CPF/MF sob o nº 043.182.184-49, ambas residentes e domiciliadas na cidade do Recife/PE, e a **NUTRICASH SERVIÇOS LTDA.**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.194.191/0001-10, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 450, Edifício Suarez Trade, 25º andar, Sala 2501, Caminhos das Árvores, Salvador, Bahia, CEP: 41820-020, Telefone: (71) 3327-2563, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo procurador, **HENRIQUE AVELINO DOS ANJOS**, brasileiro, casado, sociólogo, inscrito no CPF/MF sob o nº. 506.865.775-15, Registro Geral nº. 2.329.286, SSP/BA, residente e domiciliado na cidade de Salvador, Bahia, e-mail: henrique.avelino@maxifrota.com.br, firmam o presente Contrato, o qual é regido pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, de acordo com o que foi estabelecido no edital do **Pregão Eletrônico nº 020/2023** e seus anexos e na proposta do licitante, que integram o presente ajuste, independentemente de transcrição, e pelas cláusulas enunciadas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

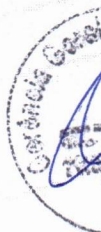
1.1. O presente instrumento tem como objeto a contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale refeição, por meio de cartão eletrônico com chip, contemplando carga e recarga mensal de valor de face, na modalidade online, visando à aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais credenciados (restaurantes, lanchonetes, hipermercados, supermercados de porte estadual e/ou regional, além de estabelecimentos como: armazém, mercearia, minimercado, açougue, peixaria, hortifrutigranjeiros, atacarejos e comércio de laticínios e/ou frios), na forma abaixo:

Objeto do lote 01	Quant.	Valor unitário	Quantidade de dias úteis no mês	Taxa Administ. % (+/-)	Quantidade Mensal	Valor Total Mensal	Valor Global para 12 (doze) meses.
Crédito refeição	130	R\$ 22,00	22	0,0%	2.860	R\$ 62.920,00	R\$ 755.040,00

Parágrafo Único - Os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto ora contratado somente serão efetivados observando-se os termos do art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA MODALIDADE/REGIME DE EXECUÇÃO.

2.1. O regime de execução adotado no presente instrumento será o de execução indireta.



3.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o preço global de R\$ 755.040,00 (setecentos e cinquenta e cinco mil, quarenta reais).

3.2. O valor do pagamento mensal do serviço prestado será variável, isto é, de acordo com o número de créditos implantados nos cartões refeição (**lote 01**) solicitados em cada período mensal;

3.3. O pagamento será efetuado em até 24 horas antes do primeiro dia de cada mês, tendo em vista que os créditos deverão estar disponíveis nos cartões, no primeiro dia de cada mês, com a devida apresentação da Fatura de pagamento /Nota Fiscal, fazendo constar em anexo, os documentos que comprovam a regularidade da Contratada, quais sejam:

- I. Prova de inscrição cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
- III. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (quando couber);
- IV. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, ou outra equivalente;
- V. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, emitida pela Receita Federal;
- VI. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal; e,
- VII. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

3.4. A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o pagamento se o fornecimento dos créditos refeição e/ou alimentação for entregue em desacordo com as especificações constante deste instrumento e do Termo de Referência.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

3.6. É indispensável para a liberação do respectivo pagamento a aceitação dos serviços, através do atesto na Nota Fiscal/Fatura.

3.7. No corpo da Nota Fiscal, ou em campo apropriado, deverá(ão) ser informado(s) o(s) número(s) da(s) nota(s) de empenho(s) correspondente(s).

3.8. Na nota fiscal/fatura deverá constar a descrição completa dos serviços prestados, bem como o preço mensal.

3.9. Os valores constantes das notas fiscais/faturas devem ser expressos em moeda corrente nacional.

3.10. Não será efetuado qualquer pagamento para a empresa penalizada com multa, após o trânsito de regular processo administrativo, sem que haja sido recolhido o valor da multa que lhe tenha sido aplicada.

3.11. Na Nota Fiscal/Fatura deverá ser indicado o nome do Banco, nome e número da agência e número da Conta Corrente onde será creditado o valor relativo ao pagamento constante daquele documento.

3.12. Ocorrendo atraso no pagamento, verificado por culpa exclusiva do CONTRATANTE, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização sobre o valor da nota fiscal fatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. Os recursos alocados para a realização do objeto desta contratação são oriundos da seguinte dotação orçamentária:

- I. Atividade: 6409.15.122.2.161.2.723 - Apoio Administrativo às Ações da Unidade Orçamentária; Elemento de despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros -- Pessoa Jurídica; Fonte: 0501 - Outros Recursos Não Vinculados.

CLAUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL, DO REAJUSTE E DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO.

5.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01 de março de 2024, podendo ser prorrogado na forma do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

5.2. Na hipótese de prorrogação do contrato e desde que o prazo da prestação dos serviços ultrapasse 12 (doze) meses, o reajuste deve ser pleiteado até a data da prorrogação contratual subsequente ao surgimento do direito ao reajuste, sob pena de perda do direito ao reajuste que seria devido até a prorrogação.

5.3. O preço pago pela prestação do serviço é irrevogável no período inferior a 12 (doze) meses. Na hipótese de prorrogação e desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

5.4. Será admitida a reajuste dos valores do contrato, nos termos previsto no Decreto Municipal nº 32.425 de 03/05/2019.

5.5. O contrato não poderá ser prorrogado se:

- I. A CONTRATADA que esteja declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública ou se esteja em sanção de suspensão ou impedimento de licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Direta ou Indireta do Município do Recife.
- II. For comprovado o descumprimento das obrigações trabalhistas por parte da CONTRATADA.

5.6. É vedada a subcontratação do objeto deste contrato, no todo ou em parte.

5.7. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art.15 do Decreto Municipal nº 27.070/2013 e art. 62 da Lei nº 8.666/ 1993.

5.8. Convocado para assinar o contrato, o licitante vencedor deverá comparecer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, conforme artigos 62 e 64 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. A Gerência Geral Administrativa Financeira - GGAF exercerá, em nome da CONTRATANTE, a fiscalização da execução deste Contrato e a ela os representantes da CONTRATADA deverão se reportar para dirimir qualquer dúvida relacionada à execução.

6.2. A Divisão de Gestão de Pessoas da GGAF deverá registrar, por escrito, todas as ocorrências relacionadas à execução deste Contrato, exigindo a imediata correção, pela CONTRATADA, das falhas ou imperfeições constatadas.

6.3. Controle da Execução:

Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos fornecimentos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

- I. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
- II. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.
- III. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.4. Compete exclusivamente ao(s) servidor(es) fiscal(is) do contrato:

- I. Assegurar-se da correta entrega dos materiais, verificando sempre o bom desempenho e qualidade dos mesmos;
- II. Documentar as ocorrências havidas e fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA;
- III. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quando da necessidade de aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato.
- IV. A fiscalização nos moldes deste instrumento e do Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de imperfeições técnicas, vícios ou defeitos ocultos dos produtos que os desqualificam para o uso normal e rotineiro e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.
- V. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos contratos, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- VI. Comunicar formalmente ao gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Contratada.

- VII. Comunicar imediatamente o não recebimento do vale-refeição e/ou vale-alimentação a fim de que sejam tomadas as providências pertinentes junto à Contratada;
- VIII. Executar, mensalmente, a avaliação dos serviços, mensurando os serviços efetivamente prestados, descontando o equivalente aos não realizados, bem como aqueles não aprovados por inconformidade aos padrões estabelecidos, desde que por motivos imputáveis à Contratada, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em contrato.

6.5. Compete exclusivamente ao(s) servidor(es) gestor(es) do contrato:

- I. Apresentar à CONTRATADA as observações, reclamações e exigências que se impuserem em decorrência da Fiscalização;
- II. Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições na execução do contrato, fixando prazo para sua correção, conforme sua conveniência;
- III. Solicitar o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado ou preposto da Contratada que não mereça confiança no desempenho dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização e que adote postura inconveniente ou incompatível com exercício das atribuições que lhe foram designadas;
- IV. Propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularidades das faltas e defeitos observados, conforme o disposto neste Contrato, admitida participação de terceiros, para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;
- V. Rejeitar, no todo ou em parte dos serviços prestados em desacordo com o autorizado;
- VI. Atestar as notas Fiscais/Faturas emitidas para pagamento, após análise e aprovação dos documentos e relatórios;
- VII. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- VIII. Informar, por escrito, à autoridade competente, ocorrências que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, contenham vícios insanáveis ou ilegalidades;
- IX. Requerer à Contratada informação que julgar pertinente a fim de subsidiar seus atos;
- X. Emitir avaliação da qualidade do serviço;
- XI. Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;
- XII. Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada determinando o ajuste dos preços a pedido do fiscal do contrato ou quando observar inconsistência entre as alíquotas ou os valores efetivamente aplicados e os constantes na proposta apresentada pela empresa na Licitação, após a análise dos documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias, insumos, vale-transporte, entre outros, dos funcionários vinculados ao contrato.

6.6. O servidor designado será responsabilizado por quaisquer atos omissivos ou comissivos praticados no desempenho de suas funções em desacordo com a legislação ou aos termos e cláusulas do Contrato, sujeitando-se às sanções previstas na referida Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades administrativa, civil e criminal que por culpa ou dolo tenha dado causa.

6.7. O servidor designado deverá tomar ciência de sua incumbência de fiscalização e acompanhamento contratual mediante Termo específico, no qual informará sua anuência com sua responsabilização administrativa, civil e criminal no caso das infrações mencionadas no Parágrafo anterior.

6.8. O servidor designado deverá anotar em livro próprio os acontecimentos considerados relevantes, bem como as providências tomadas para sanar as falhas identificadas, ou ainda, a recusa da licitante vencedora em saná-las no prazo de no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

6.9. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à Contratante é reservado o direito de, sem de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ENTREGA, DO LOCAL E DO PRAZO.

7.1. **LOTE 1:** Os cartões eletrônicos, destinados a aquisição de gênero refeição deverá ser entregue, pela CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a partir da data da solicitação, na sede da CONTRATANTE, na Divisão de Gestão de Pessoas, situada na Av. Cruz Cabugá, 304, Santo Amaro, Recife, PE no horário das 9:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas, na Unidade de Pessoal, sem custo adicional após sua autorização e solicitação formal para sua confecção e créditos iniciais, e de até 03 (três) dias, a partir da data da solicitação, para disponibilização dos créditos mensais em cada cartão eletrônico.

7.2. O objeto deverá ser entregue na Divisão de Gestão de Pessoas, situada à Av. Cruz Cabugá, 304 - Santo Amaro, Recife - PE, Fone/Fax (81) 3355-5361, no horário das 09 às 12 horas e das 13 às 16 horas, sem quaisquer despesas adicionais para CONTRATANTE, com transporte, frete, carga, descarga, seguro e outras despesas, oriundas desta entrega, por conta da contratada.

7.3. O prazo para implantação do sistema, treinamento e liberação da rede credenciada, deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos, a contar da data de assinatura do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

8.1. São conferidos à CONTRATADA os direitos relacionados no artigo 59, 79, § 2º e do artigo 109 da Lei nº 8.666/93.

8.2. Constituem obrigações da CONTRATADA, além das constantes dos artigos 66, 68, 69, 70 e 71 da Lei nº 8.666/93, as seguintes:

- I. A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de registro no Ministério do Trabalho e Previdência Social, relativo ao Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, conforme previsto na Lei nº 6.321/76.
- II. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com confecção de cartões, insumos, mão-de-obra, frete, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais, trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços contratados.

- III. Aceitar, em todos os aspectos, a fiscalização por parte da CONTRATANTE dos serviços executados, fornecendo-lhe no mínimo dois acessos ao sistema com (login e senha) para 2 (dois) operadores por CPF.
- IV. Apresentar à CONTRATANTE, sempre que solicitado, informações a respeito da utilização do benefício, fornecendo datas, horários e local de consumo, referente ao prazo prescricional dos últimos cinco anos, a contar da data do pedido.
- V. Manter elevado padrão de qualidade e segurança no processo de impressão e crédito nos cartões, a fim de evitar qualquer tipo de falsificação ou fraude.
- VI. Manter em funcionamento a central de atendimento telefônico, 24 horas por dia, para prestar informações e solicitações de bloqueio de cartões.
- VII. Permitir credenciamento, a qualquer tempo, de estabelecimentos comerciais, conforme solicitação da CONTRATANTE.
- VIII. Responsabilizar-se pela confidencialidade e sigilo por si e seus empregados alocados aos serviços, dos documentos que lhe chegarem ao conhecimento por força da execução de contrato, não podendo divulgá-lo, sob qualquer pretexto.
- IX. Responder por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução do contrato que vier a ser firmado.
- X. Fiscalizar e responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do objeto contratado, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente de sua culpa ou dolo, na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, independentemente do controle e fiscalização exercidos pela CONTRATANTE.
- XI. Prestar as informações e esclarecimentos solicitados, em no máximo 48 horas, a contar da solicitação feita pela CONTRATANTE.
- XII. Comunicar ao Gestor e Fiscal do contrato, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pela CONTRATANTE.
- XIII. Garantir sigilo sobre os dados dos empregados, devendo, os mesmos, ser fornecidos exclusivamente ao CONTRATANTE, e sendo vedada a sua utilização para outros fins.
- XIV. Organizar e manter relação atualizada da rede credenciada, fornecendo listagem com nome e endereço dos estabelecimentos credenciados sempre que solicitada.
- XV. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XVI. É vedada a subcontratação para prestação dos serviços objeto deste contrato.
- XVII. apresentar declaração devidamente assinada por sócio(s) ou representante(s) legal da empresa, comprometendo-se que durante a vigência do contrato e desde que solicitado pela CONTRATANTE, fornecerá, toda quantidade dos cartões, requisitados, objetos do presente instrumento e do Termo de Referência, sem custo adicional à CONTRATANTE.

8.3. O regime jurídico deste Contrato confere à **CONTRATANTE** as prerrogativas relacionadas no artigo 58, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

8.4. Constitui obrigação da **CONTRATANTE**, além da constante do art. 66, da Lei nº 8.666/93, as seguintes:

- I. Realizar pedidos de crédito nos cartões por meio de arquivo eletrônico disponibilizado pela Empresa CONTRATADA.
- II. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços.
- III. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitado pela CONTRATADA.
- IV. Assegurar-se da boa qualidade dos serviços prestados, verificando sempre o seu bom desempenho documentando e registrando as ocorrências.
- V. Notificar a CONTRATADA de eventuais defeitos ou imperfeições encontradas na execução dos serviços.
- VI. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não deverão ser interrompidos.
- VII. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA dentro dos prazos previstos neste instrumento e no termo de referência.
- VIII. Definir valores e quantidades de créditos a serem efetuados nos cartões eletrônicos dos empregados.
- IX. Informar as necessidades de credenciamento de estabelecimentos comerciais.
- X. Informar mensalmente a CONTRATADA qualquer inclusão ou exclusão de beneficiários.
- XI. Fazer o pedido de compra a contratada até o dia 25 de cada mês para que a contratada possa incluir o crédito no cartão de cada usuário até o primeiro dia de cada mês.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

9.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, a CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurado o contraditório e a ampla defesa, na forma do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e dos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/1993, ficará sujeito às seguintes penalidades

- I. advertência;
- II. multa moratória de:
 - a) 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- b) 10,0 % (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de atraso por período superior ao previsto na alínea "b.1", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- III. multa compensatória de:
- a) 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de não substituição do produto que apresentar defeito/vício, no prazo de [informar o prazo] dias úteis, a contar da notificação, limitada a incidência a dez dias. Após o décimo dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do produto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial da obrigação assumida;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- IV. impedimento de licitar com o Município e descredenciamento do sistema municipal de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, na forma do edital e da lei, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.
- V. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV da Lei nº 8.666/1993, acarretando o cancelamento da inscrição do Certificado de Habilitação de Firmas, no Setor de Cadastro de Fornecedores da Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas do Município do Recife.
- 9.2. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo município do Recife ao fornecedor ou cobrado judicialmente.
- 9.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 9.4. As sanções previstas nos incisos I, IV e V, do item 9.1, desta cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.
- 9.5. As sanções previstas nos incisos IV e V, do item 9.1, desta cláusula também poderão ser aplicadas à CONTRATADA que tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.
- 9.6. Ficará impedido de licitar e contratar com o Município, e será descredenciado do Cadastro de Fornecedores do Município – SICREF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e no edital e das demais cominações legais, o licitante que:
- I. convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não celebrar o contrato; b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- II. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- III. não mantiver a proposta;
- IV. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- V. comportar-se de modo inidôneo.
- a) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP/MEI, o cometimento de crime fiscal

ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.7. Com referência à sanção de que trata os incisos II e III, do item 9.1, decorrido o prazo de defesa sem que a CONTRATADA se pronuncie ou se for considerada procedente a multa, a CONTRATADA será notificada a recolher ao erário municipal o valor devido, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação pela autoridade competente.

9.8. Uma vez recolhida a multa de que trata os incisos do II e III, do item 9.1, e na hipótese de vir CONTRATADA a lograr êxito em recurso que apresentar, a CONTRATANTE devolverá a quantia recolhida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO.

10.1. O objeto deste contrato será recebido pelo servidor responsável pelo atesto, na forma da legislação financeira municipal, nas seguintes condições:

- I. recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do fornecimento com as especificações exigidas;
- II. recebimento definitivo, após a verificação do fornecimento executado, atestando e aceitando pela Administração.

10.2. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime o licitante da responsabilidade pelos vícios que possa apresentar, bem como da indenização que por ventura se originar de tais vícios.

10.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do licitante pela veracidade das informações e pela qualidade, devendo a mesma, substituir, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, qualquer item que não atenda às especificações exigidas, sob pena de ser considerada inadimplente e ficar sujeita à aplicação das penalidades previstas neste instrumento e no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL.

11.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato dará ensejo à sua rescisão, assegurada a prévia defesa e observadas as disposições da Lei nº 8.666/93, notadamente nos artigos 77 a 80, sem prejuízo das penalidades determinadas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PREVENÇÃO E COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO.

12.1. A CONTRATADA autoriza o acesso irrestrito da Administração às contas, registros e demais documentos relacionados à apresentação da proposta e à execução do contrato, incluindo as informações fiscais e bancárias dos signatários do contrato, nos termos da Lei Municipal nº 17.765/12;

12.2. As informações obtidas em conformidade ao disposto no item anterior serão utilizadas apenas para fins de fiscalização acerca da regular execução contratual, vedada sua divulgação para qualquer outro fim.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PROCESSO DE LICITAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

13.1. O presente instrumento contratual é decorrente do Processo Licitatório nº 021/2023, Pregão Eletrônico nº 020/2023-CPL/CTTU, homologado pela Diretora-Presidente em 27 de setembro de 2023.

13.2. Além da Lei 8.666/93 e as condições ora estabelecidas, o presente instrumento está, ainda, submetido às disposições do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil, no que couber, especialmente no que concerne aos prazos, garantias e responsabilidade civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOCUMENTAÇÃO.

14.1. Fazem parte do presente instrumento, como se transcritos estivessem, Processo Licitatório nº 021/2023, Pregão Eletrônico nº 020/2023 e os respectivos anexos, Ata de Registro de Preços nº 029/2023—CPL/CTTU e a proposta de preços da CONTRATADA, adjudicada pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL.

15.1. O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial do Município como condição de sua eficácia, na forma preconizada no parágrafo único, do art. 61, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO.

16.1. Fica eleito, desde já, o Foro da Comarca do Recife/PE para dirimir as questões suscitadas na execução deste Contrato e que não possam ser resolvidas amigavelmente.

E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e subscrevem, ficando registrado em livro próprio da Gerência Jurídica da CONTRATANTE, conforme dispõe a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Recife, 15 de fevereiro de 2024.

PELA CONTRATANTE:

PELA CONTRATADA:

HENRIQUE AVELINO DOS ANJOS
Procurador

TESTEMUNHAS:



PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes, utilizando métodos de autenticações eletrônicas que comprovam a autoria e garantem a integridade do documento em forma eletrônica. Esta forma de assinatura foi admitida pelas partes como válida e deve ser aceito pela pessoa a quem o documento for apresentado. Todo documento assinado eletronicamente possui admissibilidade e validade legal garantida pela Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Data de emissão do Protocolo: 21/02/2024

Dados do Documento

Tipo de Documento	Contrato Administrativo - Público - Nutricash
Referência Contrato	Contrato nº 003.2024 - CTTU
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	21/02/2024
Validade	21/02/2024 até Indeterminado
Hash Code do Documento	A87E9804692A63EFE36AE74D28E712775C7B1BE88A9963C83327707705E04D81

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte)	Contratadas
Relacionamento	42.194.191/0001-10 - NUTRICASH
Representante	CPF
Henrique Avelino dos Anjos	506.865.775-15
Ação:	Assinado em 21/02/2024 12:30:18 - Forma de assinatura: Usuário + Senha + SMS IP: 172.71.10.213
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/121.0.0.0 Safari/537.36 Edg/121.0.0.0
Localização	Não Informada
Tipo de Acesso	Normal

Enquanto estiver armazenado no Portal, a autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): HOOZN-RJQEC-UYAF-EFJQ5



No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site <https://verificador.iti.gov.br/>, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-Qualisign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.



Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em

<https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar>, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://verificador.iti.gov.br/>

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://verificador.iti.gov.br/>

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento, assinado e certificado pela QualiSign.

Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.



Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HOOZN-RJQEC-UYAF-EFJQ5 enquanto armazenado no Portal